

FEMINISMO, CULTURA DO ESTUPRO E VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES SURDAS: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DA EQUIPE
DE HUMANAS DO CAP/INES PARA O LETRAMENTO DE
GÊNERO ENTRE ESTUDANTES SURDOS

*Feminism, rape culture and violence against deaf women: some contributions from the
CAp/INES humanities team to gender literacy to the deaf students*



Rejane Lopes Rodrigues¹



Priscila Silva Araújo²

¹ Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; rlopes@ines.gov.br

² Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; psilva@ines.gov.br

RESUMO

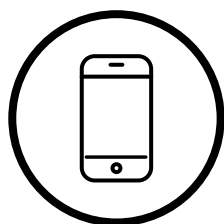
O presente artigo consiste em um relato de experiência de atividades pedagógicas realizadas por professores de Filosofia, História e Sociologia, junto aos alunos surdos do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAp/INES). A partir do reconhecimento de que meninas e mulheres surdas são vítimas constantes de abuso e violência sexual, surgiu a necessidade de trazer tal problemática para a escola e trabalhá-la junto aos alunos de forma multidisciplinar, de maneira a fomentar a informação e a reflexão crítica diante dos temas abordados. Desta forma, com o objetivo de promover tal letramento de gênero entre os estudantes, a equipe de humanas desenvolveu aulas e dinâmicas em grupo que abordaram temas como o feminismo, a cultura do estupro e a violência contra mulheres surdas.

Palavras-chave: Feminismo; Letramento de gênero; Educação de surdos

ABSTRACT

This article consists of an experience report on the pedagogic activities carried out by Philosophy, History and Sociology teachers with deaf students at the Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAp/INES). From the recognition that deaf girls and women are constant victims of abuse and sexual violence, the need arose to bring this issue to school and work on it with the students in a multidisciplinary way, aiming to provide information and critical reflection on the topics covered. So, aiming to promote this gender literacy to the students, the humanities teachers team developed classes and group activities with themes like feminism, rape culture and violence against deaf women.

Keywords: KEYWORDS: Feminism; Gender literacy; Deaf education



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://youtu.be/pP97bVUeFbY?si=pSPPrJuztIbeASV1s>



Introdução

Para introduzir uma matéria sobre violência sexual contra crianças e adolescentes, Souza (2021) inicia o seu texto relatando um caso em que uma intérprete de Libras identifica e denuncia abusos sexuais sofridos por uma adolescente surda. O crime foi identificado em uma escola na cidade de São Paulo, em 2016, e cometido por um pastor, com o consentimento da família da jovem. O título da matéria é “A intérprete que descobriu na aula de Libras que pastor abusava de adolescente” e chama a atenção para um fenômeno preocupante: a frequência e facilidade com que meninas e mulheres surdas são vítimas de violência sexual.

Segundo Krause³ (2024), a violência contra as mulheres constitui um debate que já vem sendo desenvolvido pelo movimento feminista há décadas, potencializado pela aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340) em 2006. A criação de dispositivos de denúncia e proteção às mulheres cresceu e ganhou visibilidade nos últimos anos, bem como os estudos relacionados à temática. No entanto, quando realizamos a interseccionalidade entre gênero e surdez, a realidade é bem diferente. Em sua pesquisa sobre feminismos e direitos das mulheres surdas, a autora realiza um levantamento bibliográfico e constata que há poucos materiais e informações relacionados ao tema, já que o movimento feminista surdo ainda é muito recente em nosso país.

Ao fazer a comparação entre a realidade das mulheres ouvintes com a realidade das

³ Keli Krause é surda, doutora em Ciências Sociais pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), professora da Unipampa (Universidade Federal do Pampa) e possui uma importante pesquisa sobre violência e atendimento às mulheres surdas sul-americanas.



mulheres surdas, é comprovado que estas estão muito mais suscetíveis e sofrem muito mais agressões do que as mulheres que ouvem. Elas já passam por privações por falta de acesso às políticas públicas na saúde, na educação e no trabalho, o que agrava a situação. Além disso, as mulheres com algum tipo de deficiência sofrem ainda mais do que outras mulheres pelo simples fato de terem mais dificuldade para denunciar os seus agressores, geralmente familiares e/ou seus próprios cuidadores. Quando pensamos especificamente na situação das mulheres surdas, entra também a questão da dificuldade linguística. Felizmente algumas mudanças já podem ser percebidas:

Percebe-se, quanto à acessibilidade, uma preocupação constante das pessoas com deficiências, especialmente surdos. Portanto, o SOS Mulher Brasil adicionou as funcionalidades de WhatsApp e Telegram, bem como atendimento em Libras para usuárias surdas em 2021 e uma nova forma de denúncia pelo aplicativo, com atendimento realizado por mulheres bilíngues (Libras-Língua Portuguesa) na central do 180, em Brasília. Os materiais da Lei Maria da Penha foram traduzidos de Português para Libras e encontramos alguns materiais como o DVD “Cartilha Lei Maria da Penha e Cartilha Assédio” em Libras. (Krauser, 2024, p. 74)

Essas mudanças não ocorreram por acaso. Em apenas duas décadas observamos uma importante mobilização liderada por mulheres surdas das mais diversas regiões do Brasil. Em 2004, foi realizado em Belo Horizonte o I Encontro Latino-Americano de Mulheres Surdas, organizado pela professora e militante surda Gládis Perlin. Já em 2015 ocorreu o Primeiro Encontro sobre Violência contra Mulheres Surdas em São Paulo e, em 2016, o Primeiro Encontro Nacional: Feminismo e Empoderamento Surdo, no Rio de Janeiro. Neste último evento foram debatidas questões relacionadas à violência doméstica, à Lei Maria da Penha, ao machismo, ao sexismo, à objetificação do corpo da mulher e às relações de desigualdade de gênero. Com a pandemia da COVID-19, tais mobilizações também migraram para o ambiente virtual e acabaram alcançando um público cada vez maior.

No entanto, apesar de toda a mobilização do novíssimo feminismo surdo e das recentes pesquisas que buscam abordar a problemática da violência contra as mulheres surdas, anda há muito o que caminhar para alcançarmos a tão sonhada equidade de gênero para todas as mulheres. E, nesse processo, a educação escolar não pode ficar de fora.

1 A importância do letramento de gênero para combater a violência contra mulheres surdas

Em 2016, as ativistas surdas Gladis Perlin e Shirley Vilhalva foram designadas pela FENEIS⁴ para participar da Consulta Nacional para as Mulheres Deficientes e Mulheres Ciganas⁵, em Brasília, como representantes da temática da mulher surda. O encontro gerou um artigo, publicado pela Revista Fórum em 2016⁶, que descreve as demandas apresentadas. Entre tais demandas, destaca-se a necessidade do desenvolvimento de questões referentes ao gênero na educação de meninas e mulheres surdas, com o objetivo de mudar a educação tradicional e promover a equidade entre mulheres e homens surdos em todas as esferas da vida em sociedade. Também foi apresentada a questão da violência contra a mulher surda e a necessidade de capacitá-la para construir resistência aos abusos psíquicos e morais, que abrem a porta à progressiva instalação da violência doméstica

⁴ A FENEIS é a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, entidade filantrópica, sem fins lucrativos, que defende direitos e políticas para a comunidade surda brasileira. A FENEIS é filiada à Federação Mundial dos Surdos.

⁵ Este evento foi promovido pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), órgão da Presidência da República. A consulta também teve a parceria da Secretaria de Direitos Humanos e do Congresso Nacional.

⁶ A Revista Fórum é uma publicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

e/ou no trabalho. Abaixo destacamos algumas sugestões elencadas pelas próprias autoras no artigo:

(...) necessidade de as mulheres surdas se envolverem em estudos de gênero e feminismo, abordando temas como mulher e política, direitos humanos, direitos da mulher, entre outros; (...) questões de feminismo a discutir entre as mulheres surdas, convidando a outras formas de pensamento e a revolucionar normas até aqui masculinas. (Perlin; Vilhalva, 2017, p. 135-136)

Um dos caminhos possíveis para alcançarmos as demandas apresentadas por Perlin e Vilhalva (2017) é o que chamamos de “letramento de gênero”, uma forma de ensinar meninas e mulheres a identificarem situações de desigualdade, abuso ou violência que se dão a partir do machismo e sexismo estruturais presentes em nossa sociedade. Essas questões estão cada vez mais presentes nas pesquisas acadêmicas e produções culturais contemporâneas, bem como dentro do ensino escolar. Como exemplo, temos a Lei n. 14.164/21, que inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, que deve ser realizada anualmente em todas as escolas no mês de março.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também introduzem a temática “orientação sexual” como conteúdo a ser tratado de maneira transversal, o que trouxe inúmeros desdobramentos positivos para a implementação do letramento de gênero nas escolas, como o aumento da produção acadêmica sobre a temática e a inclusão dos temas de gênero e sexualidade nos livros didáticos. Os conteúdos de orientação sexual nos PCN incluem temas como “O papel social do homem e da mulher” e “A discriminação e os estereótipos”, o que pode inspirar aulas e projetos escolares que visem promover a equidade de gênero e o fim da violência contra as mulheres. A proposta não inclui a criação de uma nova disciplina escolar, mas a construção de um currículo que trabalhe tais temáticas de forma transversal. O letramento de gênero pode e deve estar presente em todas as disciplinas da grade curricular do Ensino Básico, de forma interdisciplinar. Segundo Domingues e Sena (2024, p. 8):

A integração curricular e a transdisciplinaridade no contexto do letramento de gênero e sexualidade representam um ponto crucial na construção de uma abordagem educacional mais inclusiva. A quebra de barreiras entre disciplinas tradicionais e a incorporação desses temas de forma transversal no currículo não apenas enriquecem a experiência educacional, mas também promovem uma compreensão mais profunda e interconectada.

O ensino que desejamos em nossas escolas é uma questão que precisa ser refletida com muito cuidado, já que a escola também pode ser reprodutora de desigualdades sociais, não só de classe, mas também de gênero, raça, etnia, entre outras. Por isso é importante pensar em estratégias que neutralizem determinadas estruturas de poder presentes na sociedade e que, como já vimos, também estão presentes nos processos escolares. Desta forma, aqui propomos uma “pedagogia feminista”, onde precisamos reconhecer as desigualdades vividas por meninas e mulheres em relação a meninos e homens, tanto fora quanto dentro das instituições escolares. Nesse processo, também é fundamental tentar responder ao problema de como educar os meninos e homens para a transformação das atuais relações de gênero, ou como mudar atitudes masculinas preconceituosas em relação às mulheres. Nesta perspectiva, a pedagogia feminista seria uma pedagogia emancipatória, com o objetivo de conscientizar, fortalecer e “dar poder” às meninas e as mulheres.

As ações para a construção dessa pedagogia feminista são muitas e precisam ser construídas coletivamente. Algumas estratégias cotidianas podem até parecer banais,

mas servem como um valioso exercício de “reprogramação” mental e comportamental dos sujeitos envolvidos. Segundo Louro (2014, p. 28),

A ambição pode ser “apenas” subverter os arranjos tradicionais de gênero na sala de aula: inventando formas novas de dividir os grupos para os jogos ou para os trabalhos; promovendo discussões sobre as representações encontradas nos livros didáticos ou nos jornais, revistas e filmes consumidos pelas/os estudantes; produzindo novos textos, não sexistas e não racistas; investigando novos grupos e os sujeitos ausentes nos relatos da História oficial, nos textos literários, nos “modelos” familiares; (...) Aparentemente circunscritas ou limitadas a práticas escolares particulares, essas ações podem contribuir para perturbar certezas, para ensinar a crítica e a autocrítica (um dos legados mais significativos do feminismo), para desalojar as hierarquias.

Este exercício de senso crítico torna-se uma estratégia muito bem-vinda para a construção de uma nova disposição do olhar, importante para nos ajudar a perceber a transitoriedade e as transformações nas relações entre os sujeitos. E, a partir desta consciência de que as relações interpessoais são mutáveis, construir ações que promovam mudanças concretas em nossa vida cotidiana. Os Estudos Feministas nunca esconderam o seu caráter político, distanciando-se da pretensa neutralidade e isenção do fazer acadêmico. As pesquisas passaram a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida, fontes iconográficas e registros pessoais. Pesquisadoras passaram a escrever em primeira pessoa, assumir que estavam interessadas, diretamente envolvidas com os seus objetos de estudo e que tais questões tinham pretensões de mudança. Um bom exemplo disso é a publicação da Revista Espaço n. 60⁷, cujo dossiê é dedicado à publicação de textos de mulheres surdas, a maioria dedicados a relatos autobiográficos.

2 Letramento de gênero nas aulas de filosofia

As duas autoras deste artigo são professoras de Filosofia do Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (CAP/INES), ouvintes, lecionando a disciplina para alunos surdos dos três anos do Ensino Médio. A Filosofia voltou a ser uma disciplina obrigatória na última etapa do Ensino Básico no Brasil em 2008, com a Lei 11.684/08, depois de ser retirada pelo regime civil-militar de 1964 e substituída pela disciplina Educação Moral e Cívica. Em linhas bem gerais, podemos afirmar que a volta da disciplina Filosofia – e também da Sociologia – para o currículo escolar teve como justificativa oferecer ao estudante o exercício do pensamento crítico, fundamental para o desenvolvimento da sua cidadania.

Kohan (2010) nos traz uma reflexão bastante interessante ao relacionar a obrigatoriedade da Filosofia no Ensino Médio brasileiro, a educação para o exercício da democracia e o pensamento do filósofo alemão Theodor W. Adorno: segundo o autor, é necessário que o sistema educacional crie condições para o exercício da consciência crítica dos sujeitos e o ensino da Filosofia está diretamente relacionado com esta questão. A Filosofia seria um instrumento para a construção de uma educação emancipatória que desenvolvesse a autonomia, a reflexão, a resistência e a autodeterminação dos sujeitos. Uma educação para a emancipação não só individual, mas também social, afinal, “uma educação que permita a emancipação individual, através da formação crítica, é a condição e o caminho mais sólido para a emancipação social” (Kohan, 2010, p. 207).

Desta forma, não há como desconsiderar a contribuição que a Filosofia pode oferecer para pensarmos as questões que são levantadas pelos Estudos de Gênero. No entanto, esta temática ainda é muito pouco explorada nas aulas de Filosofia do Ensino Básico. Nos

⁷ Esta edição da Revista Espaço foi publicada no primeiro semestre de 2024.

livros didáticos, por exemplo, é praticamente inexistente, com raras exceções. Encontramos no livro “Reflexões: Filosofia e cotidiano” de José Antônio Vasconcelos⁸ um capítulo intitulado “Filosofias feministas e seus desdobramentos”, em que o autor aborda a história do movimento feminista, traz referências de autoras e problematiza algumas questões presentes nas discussões feministas, entre elas a história e a importância da Lei Maria da Penha. Pouco a pouco vemos o surgimento de pesquisas acadêmicas que tentam investigar as possíveis relações entre os feminismos e os problemas filosóficos, a inclusão da temática em encontros e congressos, mas ainda assim é um movimento que ainda dá os seus primeiros passos.

No CAP/INES incluímos a discussão na ementa do segundo ano do Ensino Médio, onde trabalhamos a Ética. As aulas são ministradas através da modalidade bilíngue — Libras e Língua Portuguesa escrita — , o que faz com que a dinâmica pedagógica seja bem diferente daquela comumente utilizada com alunos ouvintes. Em primeiro lugar, há a necessidade de apresentar dois conceitos basilares desta disciplina filosófica: os conceitos de moral e Ética. Encontramos aí o primeiro desafio do ensino de Filosofia para surdos utilizando a Libras como principal instrumento de comunicação: a dificuldade em explicar conceitos abstratos, tão próprios do conhecimento filosófico, através de uma língua visual. Infelizmente, a oferta de vídeos em canais como o *YouTube*, por exemplo, que abordem temáticas filosóficas em Libras, é quase inexistente e, quando existe, quase sempre possui conteúdo insatisfatório. Há uma carência muito grande de material didático que aborde questões filosóficas para alunos surdos, com bom conteúdo e linguagem convidativa.

Dessa forma, nesse primeiro momento, escrevemos no quadro branco os conceitos e suas respectivas definições, de maneira bastante objetiva, e pedimos que os alunos copiem em seus cadernos. Em nossa experiência docente, acreditamos que a ação de copiar sirva como um exercício de aproximação do aluno surdo com a língua portuguesa escrita e com o conteúdo que será explicado pelo professor em língua de sinais. Em um segundo momento, em que há a explicação em Libras, é fundamental que o professor apresente os sinais correspondentes aos conceitos filosóficos ensinados e quando não há conceitos prontos – o que é muito comum na Filosofia – faça a datilologia da palavra em Português e tente explicá-la através de exemplos concretos. Nesse processo de ensino-aprendizagem não há espaço para a pressa. É muito importante que os conceitos, de natureza predominantemente abstrata, sejam exaustivamente explicados. A apropriação destes por parte do aluno surdo é pré-condição para que todas as problematizações posteriores sejam compreendidas e realizadas com sucesso.

Para explicar que as regras morais variam de acordo com a época e o lugar em que são criadas e vivenciadas, utilizamos imagens que servem para problematizar a condição da mulher. Para isto, damos o exemplo extremo de mulheres muçulmanas que usam a burca, a icônica foto da atriz Leila Diniz grávida e de biquíni no Brasil de 1971 e uma charge que propõe uma reflexão sobre os padrões estéticos da mulher ocidental, questionando a sua suposta liberdade diante das mulheres muçulmanas. Nesse processo, é importante chamar a atenção para o fato de que qualquer norma social é historicamente construída e, por isso, deve sempre ser relativizada e/ou questionada. Abaixo as imagens utilizadas em nossas aulas:

⁸ VASCONCELOS, J. A. **Reflexões: Filosofia e cotidiano**. 1 ed. São Paulo: Edições SM, 2016.

Figura 1. Mulheres usando burca no Afeganistão.



Figura 2. A atriz Leila Diniz na praia em 1971.

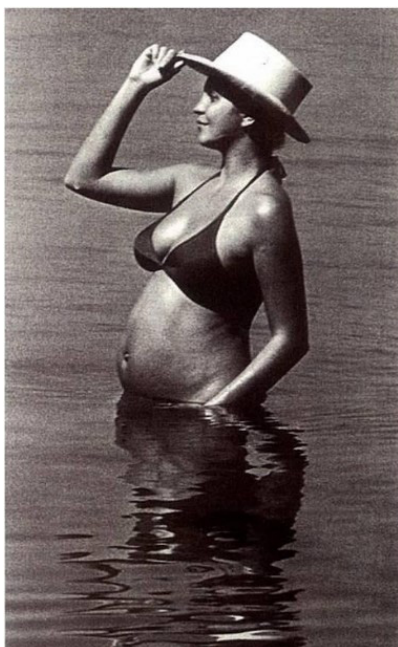


Figura 3. Charge que busca questionar os padrões culturais das mulheres ocidentais.



É importante que todas as imagens sejam explicadas e contextualizadas em Libras para os alunos. A Figura 1 foi retirada de uma reportagem do portal UOL⁹, o que pode servir como base de informação para o professor. A Figura 2 também contém uma história que precisa ser contada para os alunos: a fotografia foi feita em 15 de agosto de 1971 na Ilha de Paquetá, no Rio de Janeiro. A imagem da atriz Leila Diniz de biquíni – grávida de seis meses – escandalizou o Brasil. Nesta época não era moralmente válido as mulheres grávidas mostrarem a barriga em público.

Também aproveitamos tais discussões para explicar um pouco sobre o Feminismo, enquanto exemplo de um movimento social que contribuiu de forma decisiva para a mudança dos valores morais da cultura ocidental no que diz respeito à vida das mulheres. Começamos explicando o que é Feminismo, quais são os seus objetivos e porque é tão importante para

⁹ Talibã volta a exigir uso de véu integral, de preferência a burca, por mulheres. UOL, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/05/07/taliba-volta-a-exigir-uso-de-veu-integral-de-referencia-burca-por-mulheres-no-afeganistao.htm>. Acesso em: 19/01/2025.

o desenvolvimento dos direitos humanos. Também abordamos a Lei Maria da Penha, a sua história e a sua importância para o combate à violência contra as mulheres. Apesar de serem assuntos que passam longe do que prescreve as ementas tradicionais da disciplina Filosofia para o ensino médio, acreditamos que são conteúdos que contribuem para a leitura de mundo e formação cidadã do aluno. Apesar de assuntos como esses estarem cada vez mais em evidência nos meios de comunicação e redes sociais, os conteúdos que abordam esses temas quase sempre são divulgados em português escrito ou em vídeos sem tradução em Libras, o que faz com que muitos jovens surdos não tenham acesso a eles.

Também exibimos, debatemos e utilizamos para atividades com os alunos três vídeos facilmente encontrados no YouTube: 1) “A vida em Libras - Feminismo”, produzido pela TV INES. O vídeo fornece o vocabulário em Libras de conceitos fundamentais dos estudos feministas como feminismo, direitos humanos, feminicídio, sororidade, equidade de gênero, machismo, Lei Maria da Penha, além de sinais de personalidades feministas como Simone de Beauvoir; 2) “Sábado com Libras/Maria da Penha”, que conta a trágica história da Maria da Penha, personagem que deu nome à Lei n. 11.340; e 3) “Advogado em Libras/Lei Maria da Penha”, que explica as cinco formas de violência que a Lei n. 11.340 prevê: violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial.

Figura 4. Print de tela do programa “A vida em Libras/Feminismo”, da TV INES.



Figura 5. Print de tela do vídeo “Sábado com Libras/Maria da Penha”.



Figura 6. Print de tela do vídeo “Advogado em Libras/Lei Maria da Penha”.



Em comemoração aos 10 anos da Lei Maria da Penha, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-Rio), o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e a TV INES produziram juntos um DVD interativo que conta a história da Maria da Penha, fala da Lei do Femicídio e traz exemplos verídicos dos diferentes tipos de violência contra a mulher, contadas em Libras com legendas ou audiodescrição. É um material que, infelizmente, ainda não está completamente disponível na internet, apesar da qualidade e importância do seu conteúdo.

Figura 7. Capa do DVD

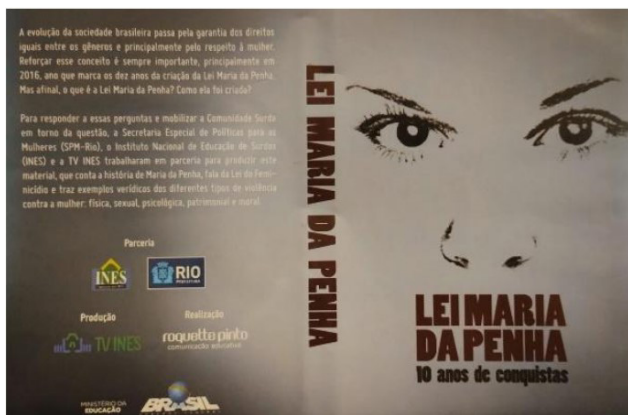


Figura 8. Menu interativo do DVD



3 Relato de caso de uma atividade pedagógica sobre cultura do estupro entre jovens surdos

Em 2017, a equipe de humanas do Debasi (Departamento de Educação Básica) do CAP/INES, composta por professores de Filosofia, Sociologia e História, realizou uma atividade sobre a “Cultura do Estupro”. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024), a cada seis minutos, em 2023, uma mulher foi estuprada no Brasil. Quando realizamos esta atividade, o dado que tínhamos era a cada onze minutos. Muitas vezes, as vítimas têm que conviver com a dor e com o medo, já que a maior parte dos agressores não é punida. Essa realidade se insere num contexto de opressão de gênero e de naturalização de comportamentos abusivos por parte dos homens em relação às

mulheres no cotidiano da sociedade. A esse conjunto de práticas e representações cotidianas se dá o nome de Cultura do Estupro.

Tudo começou a partir de uma demanda surgida dentro da própria instituição ao nos depararmos com o fato de que certas ideias de cunho misógino circulavam tal como se fossem “piada”. Preocupados com o modo naturalizado como essas ideias são disseminadas em nossa cultura e as terríveis consequências que elas geram, a equipe de professores da qual fazemos parte resolveu realizar uma atividade com alunos dos períodos diurno e noturno do Ensino Básico e, também, em uma sessão separada, com professores e funcionários. A intenção da equipe de professores era apresentar de que maneira a cultura do estupro está presente na formação e no cotidiano das pessoas e como ela gera formas diversas de violência às quais as mulheres estão diariamente submetidas. Além disso, a atividade incluiu debates com o objetivo de proporcionar uma reflexão sobre as questões levantadas e a identificação de situações de violência percebidas em suas realidades vividas.

Para ilustrar como essa cultura do estupro se manifesta, apresentamos formas como o gênero feminino aparece nas propagandas publicitárias, incentivando a produção de um olhar crítico e analítico sobre as mesmas, buscando estabelecer relações entre as imagens femininas mostradas e as violências cotidianas às quais as mulheres são submetidas. Nas diversas mídias nos deparamos com propagandas publicitárias em que as mulheres aparecem, seja como público-alvo, ou em propagandas nas quais os homens são o público-alvo. Além disso, também mostramos como o gênero feminino é representado e o que se espera dele. A ideia foi promover um debate sobre os conceitos de gênero, cultura/apropriação cultural, machismo, patriarcado, dentre outros, a partir da análise de propagandas publicitárias e em outros veículos e falas que se apresentam na forma de memes, “piadas”, etc.

A seguir, podemos observar algumas imagens que apresentamos em nossa atividade. Os slides de 1 a 4 apresentam imagens ilustrativas do que chamamos de cultura do estupro: normalizam e sugerem o abuso e a violência contra mulheres e até mesmo crianças. Os slides de 5 a 8 chamam a atenção para o fato de que o estupro é crime e que a culpa nunca é da vítima. E os slides de 9 a 12 são informativos, pois explicam alguns termos importante para o assunto como, por exemplo, o que é “assédio moral”, “importunação ofensiva ao pudor”, “ato obsceno” e “estupro”: Importante enfatizar que todos os slides foram explicados e problematizados junto aos alunos em Libras.

Figura 8. Slide 1



Figura 9. Slide 2



Figura 10. Slide 3



Figura 12. Slide 5

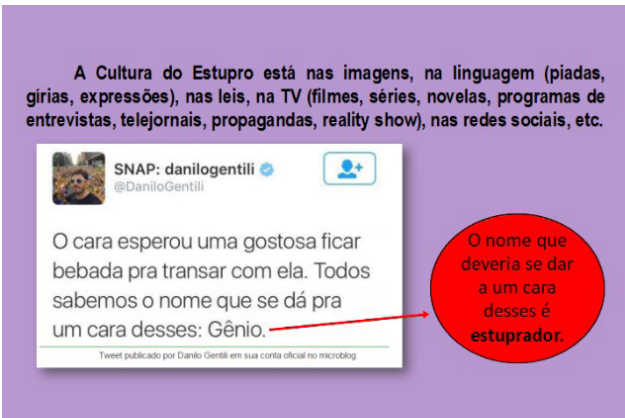


Figura 14. Slide 7



Figura 16. Slide 9

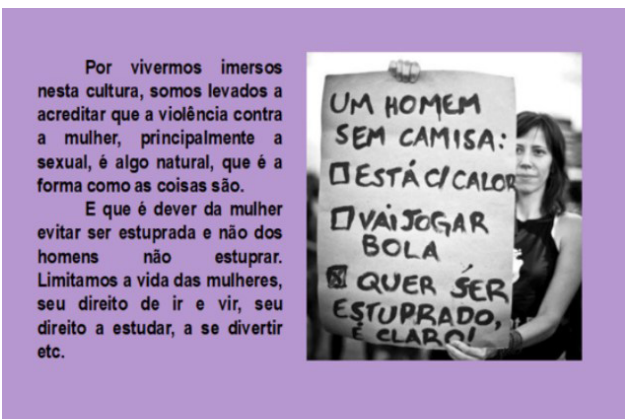


Figura 11. Slide 4



Figura 13. Slide 6



Figura 15. Slide 8

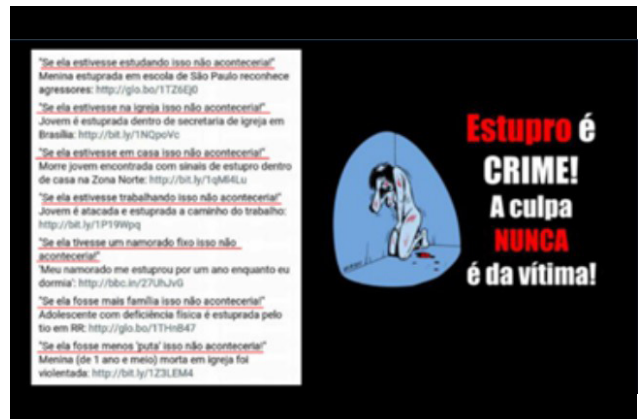


Figura 17. Slide 10

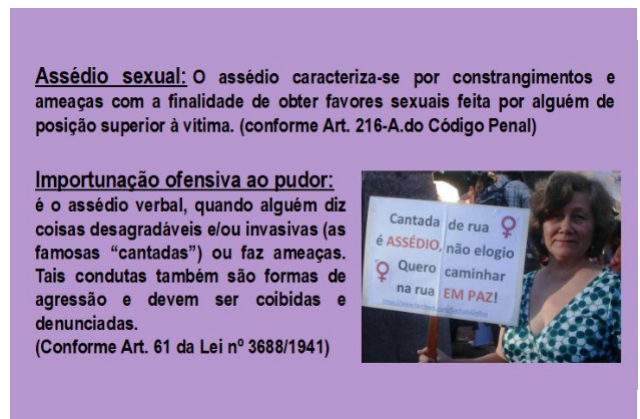


Figura 18. Slide 11

Ato obsceno: é quando alguém pratica uma ação de cunho sexual (como por exemplo, exhibe seus genitais) em local público, a fim de constranger ou ameaçar alguém. (Conforme Art. 233 do Código Penal)

Estupro: tocar as partes íntimas de alguém sem consentimento também pode ser enquadrado como estupro, dentre outros comportamentos. (Conforme Art. 213 do Código Penal: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso)




Figura 19. Slide 12

As violências contra mulheres e meninas são uma grave violação dos direitos humanos. As formas de violência são muitas como podemos ver ao lado.

Esta violência afeta de diferentes formas as mulheres e as impede de participar plenamente na sociedade.

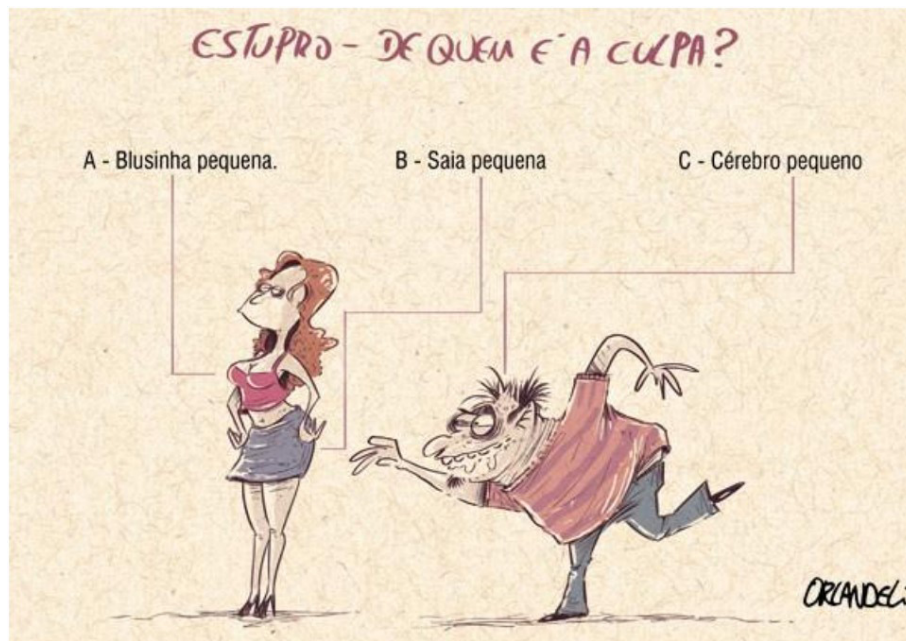
Ela traz consequências não apenas para as mulheres, mas também para suas famílias, para a comunidade e para o país em geral.



Labels in the diagram: MEXANTILHAÇÃO DO CÉREBRO, PADRONIZAÇÃO ESTÉTICA, REVENDE PARA SUB-REPRESENTAÇÃO EM CARGOS PÚBLICOS, SUET-SMARRINO, DIREITO AO PRÓPRIO CORPO NEGADO, OBESITICAÇÃO, ALERGIA SEXUAL, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FEMINICÍDIO, DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO, CULPABILIZAÇÃO DA VÍTIMA, VINGANÇA SANGRAL.

A partir daí, começamos a segunda parte da atividade: a interação com o público. Começamos com duas “pesquisas”. Na primeira, distribuímos um papel com a imagem abaixo e pedimos para eles responderem à pergunta:

Figura 20. Imagem utilizada no segundo momento da atividade.



E na segunda parte, perguntamos à audiência feminina quantas delas já tiveram seu corpo tocado sem a sua permissão. E o que observamos como resposta foi que todas as mulheres, sem exceção, levantaram o braço. Após esse momento, abrimos a discussão para perguntas, comentários, etc. Com isso, constatamos a triste realidade de violência e silenciamento vividos pelas mulheres surdas. Como sabemos, muitos dos estupros e violências de todo tipo ocorrem dentro da própria casa da vítima. No caso das mulheres surdas, grande parte delas não é oralizada e convive em ambientes com ouvintes não usuários de Libras. Elas nos contaram que seus algozes se aproveitam do fato de elas não conseguirem se comunicar oralmente e as demais pessoas não entenderem Libras para cometerem violência e abusos sem serem denunciadas.

Além disso, por conta da barreira linguística, muitas delas também não sabem como

e onde procurar ajuda fora do meio familiar, uma vez que a vivência social delas é de exclusão. Elas não sabem, por exemplo, se forem em uma delegacia, se terão acessibilidade, como, por exemplo, um intérprete de Libras. Cabe informar também que como muitos surdos não são oralizados, é comum que as pessoas na sociedade sequer saibam que eles são surdos. As mulheres surdas também sofrem com a falta de informação, que as faz naturalizar e se conformar com certos abusos sofridos. Tudo isso as torna muito expostas ao abuso e à violência e em uma situação de remota ou nenhuma possibilidade de socorro.

Diante de todo esse cenário e honrando com nosso compromisso de educar, realizamos essa atividade a fim de que essas mulheres surdas tivessem condições de identificar os abusos que sofrem ou possam vir a sofrer, bem como conscientizar os homens quanto às suas posturas diante das mulheres. Enfim, conscientizar a todos sobre como a construção desses valores, dessas representações de feminilidade e masculinidade criaram estereótipos de gênero e reforçaram ideias que geram e até mesmo “justificam” equivocadamente os abusos. Assim, também procuramos sensibilizar nossos estudantes em relação à cultura do estupro no Brasil e apontar as reações dos movimentos feministas na luta pelo respeito à mulher, entendendo que as mudanças culturais surgem a partir da pressão social das ruas e das mulheres por mudanças na lei e pelo cumprimento delas.

Considerações finais

Neste artigo buscamos trazer à tona um problema que só agora começa a ser discutido pelo novíssimo feminismo surdo e pelo público em geral: a vulnerabilidade de meninas e mulheres surdas diante dos mais diversos tipos de abuso e violência, em especial os de cunho sexual. Tal vulnerabilidade é intensificada por conta da barreira linguística, que dificulta o acesso à informação e à luta por direitos. Desta forma, surge a necessidade de promover um letramento de gênero que atenda às demandas específicas das pessoas surdas, tanto para homens quanto mulheres, em Libras. Tal letramento pode ser realizado em qualquer espaço onde haja a presença desse público: empresas, associações, sindicatos, igrejas, universidades, entre outros. O nosso relato de experiência ocorreu em uma escola, espaço privilegiado de circulação de ideias, informações e discussão crítica, mas onde tradicionalmente não há um espaço reservado nas disciplinas para que tal discussão ocorra. O que há são orientações um tanto vagas para que tais discussões ocorram, o que nem sempre acontece.

O letramento de gênero é uma forma de ensinar meninas e mulheres a identificarem situações de abuso ou violência e capacitá-las para que possam denunciar seus algozes. No entanto, tal letramento não se destina apenas às pessoas do sexo feminino, sejam elas cis ou trans. O objetivo também é alcançar o público masculino, para que este possa repensar e modificar pensamentos e atitudes de caráter misógino, machista e sexista. Quando propomos inserir tais discussões nas aulas de Filosofia ou em atividades que envolvam também outras disciplinas, estamos abrindo um espaço para que o ensino da Filosofia e das Ciências Humanas esteja mais próximo da vida cotidiana dos estudantes, ajudando-os a moldar a sua visão de mundo de forma mais crítica e ligada aos direitos humanos. Trazer para o espaço escolar uma discussão que vise a desestabilização dos papéis de gênero é fundamental para promover a sociabilidade e cidadania dos sujeitos.

A metodologia, no entanto, precisa ser planejada com muita atenção para que os objetivos sejam alcançados com sucesso. Em algum momento deste texto, afirmamos que nesse processo de ensino-aprendizagem, não deve haver espaço para a pressa. Os conceitos, de natureza abstrata, precisam ser exaustivamente explicados através de exemplos concretos,

dadas as características próprias de uma língua visual como a Libras. As imagens, fundamentais para o melhor entendimento dos alunos surdos, também precisam ser “decodificadas” com a ajuda dos professores: nelas geralmente estão contidas uma série de informações que nem sempre são de fácil acesso, pois vinculadas apenas através do português oral ou escrito. Por fim, colocamos aqui também a importância de reservar um espaço generoso de escuta e acolhimento para que os alunos se sintam à vontade para compartilhar as suas histórias e experiências pessoais sem qualquer tipo de julgamento. Esses espaços de troca de experiências são muito apreciados pelos estudantes surdos e proporcionam a consolidação dos temas debatidos. Em nossa vivência como professoras do CAP/INES, podemos observar como falta aos alunos surdos um espaço de “escuta”: a maioria vive em casas onde só há familiares ouvintes, onde muitos não aprenderam a Libras. Essa total ausência de comunicação também se estende a outros espaços frequentados pelos sujeitos surdos.

Com isso, defendemos que o ensino direcionado aos estudantes surdos não fique restrito apenas ao que prescreve as ementas oficiais do Ensino Básico. Nas aulas de Filosofia, por exemplo, precisamos aproveitar os conceitos e teorias desenvolvidos ao longo da História da Filosofia para servir como base para a promoção de debates e informações que digam respeito à vida cotidiana dos alunos, proporcionando uma leitura de mundo um pouco mais ampla. Isso não significa tornar o estudo da Filosofia algo superficial ou “menor”, mas sim transformá-lo em algo que realmente promova a autonomia, a reflexão, a resistência e a autodeterminação desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA/FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: FBSP, 2024.

DOMINGUES, J. M.; SENA, M. R. **O letramento de gênero e sexualidade na formação docente.** *Devir Educação*, Lavras, vol. 8, n. 1, e-840, 2024, p. 1-18. Disponível em: <https://devireducao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/840>. Acesso em: 17/01/2025.

KOHAN, W. O. O ensino da filosofia e a questão da emancipação. In: CORNELLI, G.; CARVALHO, M.; DANELON, M. **Filosofia: ensino médio.** Brasília: Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica, 2010, p. 203-212.

KRAUSE, K. **Análise comparativa entre os países sul-americanos:** atendimento às cidadãs surdas. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 60, jan-jun 2024, p. 67-78. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/issue/view/154/138>. Acesso em: 16/01/2025.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

PERLIN, G.; VILHALVA, S. **Mulher surda:** elementos ao empoderamento na política afirmativa. *Revista Forum*, Rio de Janeiro, n. 33, jan-jun 2016, p. 127-138. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-forum/article/view/400>. Acesso em: 16/01/2025.

SOUZA, F. A intérprete que descobriu na aula de Libras que pastor abusava de adolescente. **BBC News Brasil em São Paulo**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55368014>. Acesso em: 12/01/2025.

